

Erasmus

O PSD honra as suas promessas eleitorais.

Combater o desemprego e **apostar nos jovens** são prioridades que levaram à aprovação de uma emenda ao orçamento para o **Erasmus 1º Emprego**.

(ver pág. 16)

PS tem dois pesos e duas medidas

Os socialistas queriam discutir a **liberdade de imprensa na Europa** mas só queriam falar de Itália.

Referir o caso português de Sócrates e da TVI é que nem pensar...

O PE acabou por rejeitar todas as propostas

(ver pág. 8)

Perguntas a Barroso

Por iniciativa do Presidente Barroso foi criado um **novo período de perguntas ao Presidente da Comissão Europeia** em cada sessão de Estrasburgo.

Paulo Rangel inaugurou o novo procedimento.

(ver pág. 6)

em destaque:

PE RECUSA PROPOSTAS PARA AVALIAÇÃO DE SCHENGEN

O Parlamento Europeu "chumbou" as propostas da Comissão Europeia sobre Avaliação do Espaço Schengen por proposta do Relator Carlos Coelho.

Carlos Coelho, Relator do Parlamento Europeu para os dossiers relacionados com Schengen, **foi muito duro com a Comissão Europeia** na sua intervenção e conseguiu o apoio dos restantes Deputados para rejeitar as propostas da Comissão.

O **Deputado português defende "um mecanismo de avaliação de Schengen que melhore o sistema actualmente existente, tornando-o mais eficiente de forma a assegurar uma aplicação transparente e coerente do Acervo de Schengen"** mas mostrou o seu **desagrado em relação às propostas** da Comissão para cumprir este objectivo.

A **inexistência de fronteiras internas** entre os Estados-Membros (EM), obriga cada um a confiar no controlo de fronteiras externas feito pelos outros e que respeitam todas as regras de Schengen. Para tal é necessário haver um **processo de avaliação de Schengen** que é no fundo a **"medida da segurança colectiva dos cidadãos europeus."**

Carlos Coelho, **convidou o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jacques Barrot a retirar as propostas, "apresentando novas iniciativas que não só introduzam melhorias em termos de substância, mas consagrem também, no que diz respeito ao procedimento, um papel adequado ao Parlamento Europeu."**

(ver pág. 3)

Índice

Abertura da Sessão.....	3
Avaliação de Schengen.....	3
Madeira e Açores (taxa reduzida para licores).....	5
Perguntas a Barroso.....	6
Liberdade de Informação na Europa e caso TVI.....	8
Crise do Leite.....	10
Novo Serviço Diplomático Europeu.....	13
Orçamento 2010.....	15
Ordem do Dia.....	18

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE apela a abolição total da pena de morte

O processo de ratificação do Tratado de Lisboa, o primeiro período de perguntas ao Presidente da Comissão e o Dia Internacional para a Abolição da Pena de Morte foram os assuntos escolhidos pelo Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, para a abertura da sessão plenária que decorre esta semana em Estrasburgo.

Processo de ratificação do Tratado de Lisboa

"*Estamos mais perto da conclusão do processo de ratificação*" do Tratado de Lisboa, declarou Jerzy Buzek na abertura da sessão plenária, lembrando que o Presidente da Polónia assinou o documento de ratificação há dez dias. "*Estou convencido de que vamos encontrar uma solução com a República Checa no futuro próximo*", afirmou o Presidente do PE.

Primeiro período de perguntas a Barroso

Pela primeira vez, a sessão plenária do Parlamento Europeu vai incluir um "*período de perguntas*" ao Presidente da Comissão, lembrou Jerzy Buzek. Este "*será um novo elemento das sessões plenárias de Estrasburgo*", congratulou-se, que "*permite uma melhor cooperação entre o PE e a Comissão*".

Abolição da Pena de Morte

Comemorou-se a 10 de Outubro o Dia Internacional para a Abolição da Pena de Morte, que, desde 2007, é também o Dia Europeu contra a Pena de Morte.

O Presidente do PE condenou esta "*prática desumana*" e apelou a uma moratória global contra a pena de morte, como defendido pela instituição em várias resoluções.

A Bielorrússia é o único país europeu onde ainda se pratica a pena capital, lamentou Jerzy Buzek, apelando a uma Europa "*livre da pena de morte*".

O Irão, a China e os Estados Unidos foram outros dos países mencionados pelo Presidente do PE, que reiterou o pedido de abolição total ou, enquanto esta não for estabelecida, de uma moratória à pena capital.

Avaliação de Schengen - Parlamento "chumba" propostas da Comissão

Carlos Coelho recomendou ao plenário que rejeite duas propostas da Comissão relativas à criação de um mecanismo de avaliação de Schengen. O eurodeputado português afirmou que, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, será necessário proceder à apresentação de novas propostas, em que o único procedimento aplicável será a co-decisão entre o Conselho e o PE.

"Como as duas propostas padecem dos mesmos problemas e constituem juridicamente as duas faces da mesma realidade, isto é, a criação de um único sistema para a avaliação de Schengen, devem ser tratadas como um pacote", sublinha Carlos Coelho, sendo a Comissão convidada a retirar ambas as propostas e a "**apresentar novas propostas substancialmente melhoradas**" e que respeitem o procedimento de co-decisão.

Carlos COELHO (PPE, PT)
Relator

A7-0035/2009 : Relatório sobre a proposta de decisão do Conselho que cria um mecanismo de avaliação para controlar a aplicação do acervo de Schengen.

A7-0034/2009 : Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho que cria um mecanismo de avaliação para verificar a aplicação do acervo de Schengen.

O Parlamento Europeu **aprovou os dois Relatórios do Deputado do PSD Carlos Coelho relativos à Avaliação do Espaço Schengen**, que **rejeitam claramente as propostas** da Comissão Europeia.

Carlos Coelho, Relator do Parlamento Europeu para os dossiers relacionados com Schengen, **foi muito duro com a Comissão Europeia** na sua intervenção e conseguiu o apoio dos restantes Deputados para rejeitar as propostas da Comissão.

A **inexistência de fronteiras internas** entre os Estados-Membros (EM), obriga os EM's a confiar no controlo de fronteiras externas feito pelos outros EM's e que respeitam todas as regras de Schengen. Para tal é necessário haver um **processo de avaliação do Sistema de Informações de Schengen** que é no fundo a "**medida da segurança colectiva dos cidadãos europeus.**"

O **Deputado do PSD**, recordou que **defende "um mecanismo de avaliação de Schengen que melhore o sistema actualmente existente, tornando-o mais eficiente de forma a assegurar uma aplicação transparente e coerente do Acervo de Schengen"** mas mostrou o seu **desagrado em relação às propostas** da Comissão para cumprir este objectivo.

Nas críticas apresentadas por **Carlos Coelho** há a destacar o facto do Parlamento Europeu ter um papel "**insignificante**" neste processo de avaliação, pois segundo o Relator estas propostas operam a "**transferência global para a Comissão do papel actualmente desempenhado pelo Conselho quanto ao mecanismo de avaliação, prevendo formas bastante limitadas de cooperação com os Estados Membros e afastando o Parlamento Europeu de todo o processo.**"

Segundo **Carlos Coelho**, em termos de substância, **as propostas mantêm "inalteradas as regras respeitantes à primeira parte do mandato"** pois limitam-se a incorporar as recentes melhorias introduzidas no mecanismo de avaliação em vigor inserindo apenas uma nova provisão relativamente à **possibilidade de realização de visitas não anunciadas**, inovação que **Carlos Coelho** aplaude.

Mas o Deputado português critica também o facto de se proceder à **total separação dos mecanismos de avaliação no que diz respeito a cada uma das partes do mandato**, o que pode pôr em risco a eficiência e a coerência do sistema. Segundo o Relator "**Não se devem**

impor regras e sistemas de avaliação diferentes para os Estados que querem entrar e os que já lá estão."

Segundo Carlos Coelho, não podemos esquecer que ***"estamos a falar da segurança do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, cuja manutenção e aprofundamento é uma responsabilidade partilhada não só pela Comissão enquanto guardiã dos Tratados, mas também pelos Estados Membros que continuam a ser responsáveis pela segurança nas suas fronteiras externas, e pelo Parlamento Europeu que representa os cidadãos europeus."***

A terminar, Carlos Coelho, **convidou o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jacques Barrot a retirar as propostas**, ***"apresentando novas iniciativas que não só introduzam melhorias em termos de substância, mas consagrem também, no que diz respeito ao procedimento, um papel adequado ao Parlamento Europeu."***

Madeira e Açores: PE aprova prorrogação de taxa reduzida a rum, licores e aguardentes

O Parlamento Europeu deu hoje luz verde a Portugal para aplicar uma taxa reduzida do imposto especial de consumo ao rum e aos licores da Madeira e aos licores e aguardentes dos Açores. Esta medida, que foi aplicável até ao início do ano, será prorrogada até ao final de 2013.

A aplicação de uma taxa reduzida do imposto especial de consumo ao rum, licores e aguardentes **produzidos e consumidos na Madeira e nos Açores** é considerada necessária para a sobrevivência da indústria local que produz e comercializa estes produtos, tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas.

As matérias-primas de origem agrícola (conforme o caso, cana-de-açúcar, frutos, plantas, mel, nata, leite e vinho) são mais caras do que em condições de produção normais.

A taxa reduzida não pode ser inferior em mais de 75% à taxa nacional normal do imposto especial sobre o consumo de álcool.

Em 2007, a parte de mercado dos produtos que beneficiavam de uma taxa reduzida foi inferior à dos produtos similares importados ou fornecidos a partir do resto da UE (20,3% na Madeira e 38,9% nos Açores), que lhes fazem forte concorrência. Acresce que, independentemente da aplicação de uma taxa reduzida, o preço médio de venda a retalho (imposto incluído) do rum, dos licores e das aguardentes madeirenses e açorianos é superior ao dos produtos similares provenientes de outras regiões.

Actualmente, estão registadas oito **empresas de produção de rum e/ou licores na Madeira. Nos Açores, nove empresas produzem licores e trinta e oito empresas produzem aguardente.** Praticamente toda a produção é vendida nos mercados regionais, sendo exportada apenas uma pequena proporção.

A indústria local emprega cerca de 130 trabalhadores na Madeira e cerca de 90 nos Açores.

Na Madeira, o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar e dos frutos fornece emprego a cerca de 1000 explorações agrícolas de estrutura familiar.

Portugal deve enviar à Comissão Europeia, até ao final de 2011, um relatório que permita que esta avalie se se mantêm as razões que justificaram a concessão da taxa reduzida.

É aplicada uma derrogação análoga à produção do rum tradicional nos departamentos ultramarinos da França e nas Ilhas Canárias.

A relatora do Parlamento Europeu sobre esta proposta é a antiga Comissária para a Política Regional, Danuta HÜBNER (PPE, Polónia).

O relatório foi aprovado em plenário por 579 votos a favor, 13 contra e 12 abstenções.

Lisboa, emprego, Blair: eurodeputados questionam Barroso pela primeira vez em plenário

O Tratado de Lisboa, o desemprego, a posição de Neelie Kroes em relação aos auxílios à Opel e o apoio a Tony Blair foram alguns dos assuntos abordados pelos eurodeputados no primeiro período de perguntas ao Presidente da Comissão Europeia. As primeiras palavras do debate foram proferidas em português.

A estrear este novo formato de pergunta-resposta no Parlamento Europeu, o eurodeputado português Paulo **RANGEL** questionou Durão Barroso em nome do grupo PPE. "*A Comissão já fez algumas diligências de transição de Tratados – do Tratado de Nice para o Tratado de Lisboa – ou está ainda numa fase de expectativa, portanto, numa fase de esperar para ver?*". Paulo RANGEL quis saber se, até ao momento de ratificação final pela República Checa, a UE vai ter uma Comissão em gestão ou se vai avançar no procedimento de nomeação dos novos Comissários.

Antes de responder à questão, José Manuel Barroso declarou que "*é com grande prazer que agora no Parlamento Europeu encontro este procedimento que nós também temos em Portugal e que eu pratiquei, quer como líder da oposição, quer como primeiro-ministro, e por isso espero ter uma boa ocasião de debate com os Srs. Deputados*".

Em relação à questão concreta, Barroso salientou que "*todos os países já aprovaram o Tratado de Lisboa do ponto de vista democrático*", faltando concluir o processo de ratificação na República Checa. "*Estamos à espera da conclusão do processo no Tribunal Constitucional [checo], mas quando terminar esse processo teremos, com certeza, concluído o processo de ratificação, porque há um princípio geral de direito, direito europeu e direito internacional, que é o princípio da lealdade na cooperação entre os Estados-Membros*", frisou.

Quanto à formação da Comissão, o Conselho Europeu decidiu que só poderia designar os novos Comissários quando houvesse clareza jurídica sobre o Tratado e "*neste momento não temos ainda este processo concluído*", afirmou Barroso. Por isso, a Comissão entra numa situação de "*assuntos correntes*" a partir do próximo dia 1 de Novembro. "*Nós queremos, obviamente, que*

este processo seja o mais rápido possível e estamos a preparar tudo, tudo o que podemos preparar para a próxima Comissão", concluiu.

Stephen **HUGHES** (S&D, UK) expressou a sua preocupação pelo facto de a crise financeira se estar a transformar numa crise social, questionando Barroso sobre a sua política para a recuperação económica. *"Sem o plano europeu de relançamento da economia a situação seria bem pior"*, disse Durão Barroso, lembrando que pediu a realização de uma cimeira sobre o emprego.

Guy **VERHOFSTADT** (ALDE, BE) perguntou ao Presidente da Comissão se apoiava a posição de Neelie Kroes, segundo a qual a ajuda alemã à Opel violaria as regras dos auxílios estatais. *"Apoio sempre os meus Comissários"*, disse Barroso, acrescentando que tinha dado previamente o seu aval à Comissária da Concorrência.

A pergunta da co-presidente dos Verdes/ALE, Rebecca **HARMS** (DE), incidiu sobre as negociações para Copenhaga e os planos da UE para que se consiga alcançar um acordo global sobre a redução das emissões. *"Espero que o Conselho Europeu do final deste mês chegue a uma posição financeira sólida"*, afirmou, garantindo que a Comissão vai lutar por uma proposta forte.

Referindo-se à crise, Michał Tomasz **KAMIŃSKI** (ECR, PL) perguntou a Barroso o que iria fazer para aprofundar o mercado interno. O Presidente da Comissão lembrou que, nas suas orientações políticas para os próximos anos, o mercado interno é apontado como uma prioridade. A Comissão irá também apresentar um novo relatório sobre o assunto, disse.

Lothar **BISKY** (CEUE/EVN, DE) notou que a Comissão Europeia defendeu a redução dos défices orçamentais nos Estados-Membros e cortes na despesa pública para se sair da crise. *"Em certo momento, teremos de voltar à sustentabilidade"*, afirmou Barroso, referindo-se ao ano de 2011. *"É uma questão de solidariedade para com as gerações futuras"*, acrescentou.

Nigel **FARAGE** (EFD, UK) congratulou-se com este novo período de perguntas ao Presidente da Comissão, que considera *"uma oportunidade para responsabilizar o executivo"*, e perguntou se o facto de Tony Blair ser o candidato preferido para o cargo de Presidente do Conselho Europeu era uma contrapartida para que este deixasse cair o cheque britânico. Barroso negou a existência de qualquer "acordo secreto".

Perguntas de eurodeputados portugueses

Ilda **FIGUEIREDO** (CEUE/EVN) questionou Barroso sobre como se pode conjugar a situação de perda de emprego com as novas propostas que estão a ser feitas em termos de liberalização do comércio internacional, *"sem ter em conta as consequências em Portugal e noutros países da União Europeia com sectores muito sensíveis, como o sector têxtil, como a agricultura e como um universo de micro e pequenas empresas que estão a ser asfixiadas com estas políticas"*.

"Não penso que a solução para Portugal ou para qualquer país europeu seja de fechar a Europa (...) não temos interesse nenhum em ir para uma política proteccionista", disse Barroso. *"Temos de procurar novas fontes de crescimento e de competitividade na Europa, mas com certeza que não é fechando-nos, não é fechando-nos na Europa, arriscando também a que outros mercados se fechem às nossas exportações. É investindo na inovação, é investindo na formação, é investindo em novas fontes de crescimento, é procurando ganhar mais competitividade, ao mesmo tempo que procuramos, como disse a Sra. Deputada e aí estamos de acordo, que isso*

não seja à custa de standards sociais que são importantes na Europa. Não propomos baixar os nossos standards sociais, nós procuramos também que outros aumentem os standards sociais deles".

Liberdade de informação em Itália e na UE: resoluções todas rejeitadas

Não houve hoje maioria no Parlamento Europeu para aprovar qualquer das nove resoluções sobre a liberdade de informação em Itália e na União Europeia. O debate em plenário tinha sido realizado a 8 de Outubro, em Bruxelas.

Nesse debate sobre a liberdade de informação em Itália, os intervenientes em nome dos grupos PPE, ECR (Conservadores e Reformistas) e EFD (Europa da Liberdade e Democracia) alertaram para o facto de se estar a utilizar a União Europeia como fórum para discutir questões políticas nacionais. Por seu lado, os grupos S&D, ALDE, Verdes/ ALE e CEUE/EVN solicitaram à Comissão que apresentasse legislação a nível europeu sobre o pluralismo nos media. O caso TVI foi também mencionado no debate.

A Comissária europeia com a pasta dos media, Viviane **REDING**, referiu que a UE tem competências limitadas na área da imprensa escrita, enfatizando que todos os Estados-Membros têm instituições próprias para resolver eventuais problemas relativos aos direitos fundamentais. A Comissária pediu aos eurodeputados que não tentassem resolver através das instituições europeias problemas que precisam de ter solução a nível nacional.

Joseph **DAUL**, líder do PPE, criticou o facto de o Parlamento Europeu estar a ser usado como fórum para um debate nacional. A Itália é um país democrático, no qual o Estado de Direito é respeitado, declarou. O líder do PPE acrescentou que o Parlamento Europeu não tem poderes no assunto em questão e que não deveria ser utilizado para ajustes de contas.

David-Maria **SASSOLI** (S&D, IT) disse que a Itália era um grande país democrático, como demonstrado pelo veredicto de ontem do Tribunal Constitucional. O eurodeputado defendeu, no entanto, que a liberdade de informação tem de ser garantida em todos os países europeus através de critérios comuns, solicitando uma directiva da UE com indicadores que sejam aplicáveis a todos os Estados-Membros.

Não se deve negar que há um problema, afirmou o líder do ALDE, Guy **VERHOFSTADT**. O eurodeputado belga manifestou preocupações pelo facto de três países da UE terem, de acordo com a organização Freedom House, apenas "*liberdade parcial*" de imprensa, o que evidencia que é necessário pedir à Comissão que garanta o pluralismo nos meios de comunicação social.

Para Judith **SARGENTINI**, dos Verdes/ALE, foi vergonhosa a tentativa de retirar este debate da agenda. Segundo a eurodeputada holandesa, os jornalistas italianos praticam auto-censura devido a pressões. A democracia italiana tornou-se vulnerável, concluiu, salientando que quer os actuais Estados-Membros, quer os países candidatos devem respeitar os critérios de Copenhaga.

Ryszard **CZARNECKI** (ECR, PL) disse que surgiram questões semelhantes noutros Estados-Membros, como na Polónia, sem que tivessem sido debatidas no Parlamento Europeu.

Segundo o eurodeputado, compete aos italianos resolver assuntos nacionais.

Patrick **LE HYARIC** (CEUE/EVN) criticou a influência que o primeiro-ministro italiano exerce sobre os media, a qual é incompatível com a democracia moderna. O eurodeputado francês apelou à criação de um Observatório Europeu para a liberdade de imprensa.

Segundo Francesco **SPERONI** (EFD, IT), a oposição em Itália tem amplo espaço nos meios de comunicação social. Se o Parlamento Europeu é verdadeiramente da opinião de que a Itália tem falta de liberdade de imprensa, então deve recorrer ao artigo 7º do Tratado da UE para dar início a um processo sobre a violação dos direitos fundamentais, apesar de não haver uma base factual para o fazer, acrescentou.

Na resposta ao debate, a Comissária **REDING** disse aos eurodeputados que só seria possível apresentar legislação europeia sobre o pluralismo dos media no caso de haver problemas no mercado interno.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Mário **DAVID** (PPE), *questionando o eurodeputado italiano do S&D David-Maria SASSOLI:*
"Em Portugal, a PRISA, uma empresa espanhola reconhecidamente apoiante do Partido Socialista e accionista maioritária de um canal de televisão, a TVI, ordenou o silenciamento, há cerca de três/quatro semanas, do jornal televisivo de sexta-feira à noite. Gostava de lhe perguntar, Senhor Deputado, se o seu Grupo tem a mesma intenção de estudar o que é que se passa noutros países ou se apenas pretende a chicana política como a que estamos a assistir esta manhã".

Resposta de SASSOLI à questão de Mário DAVID: *"Fico contente com a sua pergunta, porque me dá a possibilidade de explicar que queremos uma directiva da Comissão que diga respeito a todos os Estados-Membros, não apenas a Itália, dado que se trata de uma questão europeia. (...) Trata-se de uma discussão sobre o pluralismo na Itália e na Europa".*

SOCIALISTAS TÊM DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS NA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

Socialistas portugueses e bloco de Esquerda juntam-se no voto contra a referência a José Sócrates e ao caso TVI

O Deputado **Carlos Coelho**, denunciou, em Estrasburgo, que **os socialistas têm dois pesos e duas medidas na liberdade de informação:** *"Quando os socialistas europeus apresentam uma Resolução sobre a liberdade de informação em Itália confundem o Parlamento Europeu com o Parlamento italiano. Demonstram ter **dois pesos e duas medidas quando recusam a proposta de inclusão de outros casos nacionais como o caso alemão, o húngaro ou o português onde se referia a injustificável supressão do Jornal Nacional da TVI**".*

O Deputado português afirmou que: *"A liberdade de informação e de expressão é um dos princípios básicos nos quais assenta a União Europeia e essencial em qualquer democracia. Também por isso **não se deve banalizar este debate ou instrumentalizá-lo politicamente**".*

E apontou o dedo aos socialistas portugueses afirmando. "*Para eles não interessa a liberdade de informação na Europa mas apenas em Itália... Curiosamente no mesmo dia em que se sabe que Portugal cai 14 pontos no ranking da liberdade de imprensa produzido pelos Repórteres sem Fronteiras*".

Carlos Coelho admitiu que a relação entre o poder político e o jornalismo é complexa e delicada, mas deixou claro que "*ninguém deve ter o direito de impor a sua verdade, censurando ideias, perseguindo jornalistas ou limitando a liberdade de expressão e informação*".

Background:

Os socialistas europeus propuseram, no Parlamento Europeu, uma Resolução sobre a Liberdade de Informação em que só se referia a Itália. Diversos Deputados apresentaram alterações visando acrescentar à Resolução outros casos nacionais.

Os Deputados Carlos Coelho e Mário David propuseram que se acrescentasse:

"Considerando que houve suspeitas graves de interferência nos meios de comunicação por parte do Primeiro-Ministro português e do Partido Socialista relativamente às edições de jornais e de canais de TV (por exemplo, o cancelamento do programa noticioso nacional mais popular - o Jornal nacional - alguns dias antes das eleições legislativas), bem como de acções judiciais intentadas contra jornalistas com opiniões discordantes do governo;"

Esta alteração foi recusada por 338 votos contra, 269 a favor e 83 abstenções.

A Resolução inalterada foi recusada por 338 votos contra, 335 a favor e 25 abstenções. Todas as Resoluções apresentadas pelos diferentes Grupos Políticos viriam a ser recusadas não tendo, assim, o Parlamento Europeu aprovado nenhum documento sobre a matéria.

Crise do leite: PE dá luz verde a novas medidas de intervenção

Os eurodeputados apoiaram hoje propostas destinadas a ajudar os agricultores europeus a fazer face à actual crise no sector leiteiro.

Com 480 votos a favor, 109 contra e 27 abstenções, o Parlamento Europeu deu o seu aval às novas medidas legislativas apresentadas pela Comissão na segunda-feira. Estas propostas foram apresentadas depois de o PE ter votado, em Setembro, uma resolução na qual pedia ao executivo comunitário que agisse para ajudar o sector em crise.

As novas medidas foram apresentadas pela Comissária Mariann Fischer Boel numa reunião extraordinária da comissão parlamentar da Agricultura, que teve lugar na segunda-feira, em Estrasburgo.

Hoje, noutra votação realizada em plenário sobre o projecto de Orçamento para 2010, os eurodeputados aprovaram uma dotação de 300 milhões de euros para o fundo do leite.

Mais poderes para a Comissão Europeia intervir no mercado

Os eurodeputados concordam que a Comissão possa tomar medidas em relação ao sector do leite e dos produtos lácteos em caso de perturbações do mercado que provoquem uma subida ou descida sensível dos preços no mercado interno (alargamento do âmbito do artigo 186.º do Regulamento "OCM única").

Para assegurar que a Comissão aplica este instrumento de "*forma responsável*", o PE acrescenta que esta medida é temporária, sendo aplicável até Abril de 2010.

Um novo regime de quotas para financiar a reestruturação

A segunda medida proposta visa, de acordo com a Comissão, a atribuição de fundos adicionais aos Estados-Membros para os ajudar na reestruturação do sector.

Prevê-se que os Estados-Membros possam instituir uma reserva nacional, dentro das quotas nacionais, com vista a proceder à atribuição de quotas individuais suplementares a certos grupos prioritários de produtores de leite, definidos pelo Estado-Membro em causa. A imposição sobre os excedentes é apenas devida em relação ao leite comercializado em superação da quota nacional, incluindo a reserva nacional. Quando é devida uma imposição sobre os excedentes, essa imposição é repartida pelos produtores que tenham superado a sua quota individual.

No âmbito de regime de quotas, os Estados-Membros dispõem da possibilidade de encorajar o processo de reestruturação do sector através de um regime de resgate de quotas, de acordo com o qual as quotas compradas são subsequentemente afectadas à reserva nacional. A fim de ajudar os Estados-Membros a financiar o processo de reestruturação, é proposta, numa base temporária, a neutralização, com vista ao estabelecimento da superação nacional, das quotas resgatadas.

Deste modo, a imposição sobre os excedentes será desencadeada para os excedentes de leite comercializado que excedam a quota nacional, após dedução das quantidades resgatadas. A imposição suplementar assim criada será retida pelos Estados-Membros para financiar a reestruturação do sector.

Estas medidas têm ainda de ser aprovadas pelo Conselho para que possam entrar em vigor.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Luís **CAPOULAS SANTOS** (S&D): *"Todos temos infelizmente a noção da grave situação que o sector do leite atravessa na Europa. O meu grupo político tem vindo reiteradamente a reclamar, há vários meses, a adopção de medidas urgentes para tentar salvar da ruína milhares de agricultores que se encontram ameaçados. É por isso que temos tomado iniciativas e que temos apoiado iniciativas de outros grupos políticos para atingir esse objectivo.*

Não podemos, por isso, deixar de saudar as iniciativas da Comissão, por mais insuficientes que elas nos pareçam. Foi por isso, também, que o Grupo Socialista votou, esta manhã, o processo de urgência que nos foi solicitado, mas iremos, contudo, propor e exigir que o Parlamento Europeu seja permanentemente informado das medidas que, ao abrigo dos poderes que agora concedemos à Comissão, vierem a ser tomadas nos próximos dias. Iremos, contudo, continuar e tudo fazer para restabelecer os equilíbrios de mercado, de forma a que possam garantir o rendimento adequado aos produtores, tal como foi reafirmado no Tratado de Lisboa".

João **FERREIRA** (CEUE/EVN): "A proposta apresentada pela Comissão reconhece o falhanço da sua política para o sector leiteiro, mas mantém intocáveis as desastrosas orientações políticas de fundo para o mesmo. Os milhões aí referidos estão muito aquém das necessidades de compensação pelas descidas dos preços que os produtores têm vindo a sofrer.

Ao contrário do que é defendido, é necessário inverter o caminho de uma PAC cujas sucessivas reformas foram dismantelando os instrumentos reguladores do mercado, quotas e direitos de produção, levando ao progressivo abandono da actividade por muitos milhares de produtores. Estão em causa muitos milhares de postos de trabalho, famílias inteiras que dependem da actividade agrícola do sector do leite em particular. Estão em causa vastas regiões cujo abandono rural se acentuará com significativas consequências sociais e ambientais.

Por tudo isto se exige, sim, uma intervenção imediata com vista à formação de preços justos aos produtores, intervenção que carece de mais meios do que os agora disponibilizados, mas exigem-se, acima de tudo, e repetimo-lo, medidas com um alcance mais amplo, que não meros paliativos, como a anulação do aumento anual das quotas leiteiras, a sua reposição nos valores anteriores à decisão de aumento e a revogação da decisão de acabar com o sistema de quotas em 2015".

Maria do Céu **PATRÃO NEVES** (PPE): "Também eu me regozijo pela aprovação do procedimento de urgência neste plenário, considerando que a inclusão do leite no artigo 186.º é importante e urgente.

Tenho defendido que uma situação grave como a do sector leiteiro exige medidas urgentes em prol da defesa do sector, tanto por razões económicas, como por razões sociais. De facto, eu venho de um país, Portugal, e de uma região, os Açores, em que o sector leiteiro é muito importante e está implantado em regiões socialmente bastante frágeis onde, aliás, seria vital manter o sistema de quotas para além de 2015.

Estas medidas agora propostas são escassas, mas, de facto, necessárias e urgentes. Preocupa-me também o exercício dos novos poderes a disponibilizar à Comissão, sobretudo porque em relação a esta crise tem sido bastante insensível, avançando apenas com medidas débeis e tardias e sob forte pressão. Neste contexto, gostaria que a Comissão apresentasse um anexo ao artigo 186.º em que exemplificasse medidas que podem ser utilizadas para a intervenção de fundo no sector leiteiro em prol da sua sustentabilidade".

Luís Paulo **ALVES** (S&D), por escrito: "Senhora Comissária, depois de nos termos batido tanto pela apresentação de medidas pela Comissão não estamos em posição de rejeitar qualquer contributo que nos traga neste momento muito difícil para os produtores de leite e as suas famílias. Infelizmente a Comissão levou muito tempo a mover-se. Fê-lo sob muita pressão dos produtores de leite, do Parlamento Europeu e de 21 Estados-Membros. Sobre as medidas que aqui apresentou, destacava o seguinte:

1º O Fundo de 280 milhões de euros é insuficiente face aos 600 milhões unanimemente tidos como necessários pela Comissão de Agricultura, que é a Comissão especializada quer técnica, quer politicamente, nesta matéria. Essa manifestação política foi aprovada pelo próprio Parlamento Europeu. Não pode pois, ser considerada suficiente, menos de metade da verba que, há apenas um mês, o Parlamento considerava essencial.

2º A inclusão do leite no artigo 186.º introduz um instrumento operacional de utilização rápida pela Comissão, que contudo não deve afastar o Parlamento do seu acompanhamento. Continuamos a precisar de instrumentos reguladores de mercado. Devemos manter o sistema de quotas e introduzir transparência na cadeia de comercialização do leite, instrumentos sem os quais não será possível retomar e garantir a estabilidade nos campos da Europa".

PE quer novo serviço diplomático da UE sujeito a escrutínio democrático

Os eurodeputados defendem que o serviço diplomático da UE, que será criado caso o Tratado de Lisboa entre em vigor, deve ser incorporado na estrutura administrativa da Comissão e financiado pelo respectivo orçamento, ficando sujeito ao escrutínio democrático do Parlamento Europeu. O PE apela a que não se perca um tempo precioso em controvérsias políticas.

O Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), previsto no Tratado de Lisboa, será composto por funcionários do Conselho e da Comissão e por pessoal destacado dos serviços diplomáticos nacionais. Este novo "serviço diplomático" irá prestar assistência ao Alto Representante para as relações externas.

O Parlamento Europeu votou hoje um relatório sobre a criação deste serviço, elaborado pelo eurodeputado alemão Elmar **Brok** (PPE) e aprovado por 424 votos a favor, 94 contra e 30 abstenções.

SEAE deve ser incorporado na estrutura da Comissão

A organização e funcionamento do SEAE serão definidos por uma decisão do Conselho, mediante proposta do Alto Representante/Vice-Presidente da Comissão após consulta do Parlamento e com o assentimento da Comissão.

O PE pede à Comissão que "utilize todo o seu peso institucional" para preservar e desenvolver o modelo comunitário nas relações externas da UE.

"Enquanto serviço sui generis de um ponto de vista organizativo e orçamental, o SEAE deve ser incorporado na estrutura administrativa da Comissão", defendem os eurodeputados.

As delegações da Comissão em países terceiros, os gabinetes de ligação do Conselho e os gabinetes dos representantes especiais da UE devem fundir-se para formar "embaixadas da União", encabeçadas por pessoal do SEAE, que responderá perante o Alto Representante/Vice-Presidente da Comissão responsável pelas relações externas.

Evitar perder um tempo precioso em controvérsias políticas

A criação do SEAE deve incluir um acordo sobre os aspectos orçamentais, salienta o PE, avisando que vai exercer plenamente os seus poderes orçamentais em relação a estas inovações institucionais.

Os eurodeputados adiantam também que, na audição parlamentar ao Vice-Presidente indigitado da próxima Comissão - que se irá realizar no decurso do processo de nomeação do executivo comunitário - vão solicitar-lhe que tome uma posição sobre as questões relacionadas com o novo serviço diplomático.

Os deputados recomendam que se chegue a acordo político com o Parlamento relativamente a todas as questões já numa fase inicial, *“a fim de evitar perder um tempo precioso em controvérsias políticas acerca da forma a assumir pelo SEAE após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa”*.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Mário DAVID (PPE): “É fundamental que o objectivo primordial da criação do Serviço Europeu para a Acção Externa concretize os esforços das instituições europeias: assegurar a criação de um serviço eficaz, capaz de articular, formular e implementar uma resposta europeia aos desafios internacionais do presente.

Deve ainda representar mais do que as partes que o constituem, deve ser um valor acrescentado relativamente aos esforços actuais dos Estados-Membros e da União Europeia.

Nesse sentido, parece-me essencial que o que faz a especificidade da União esteja no centro dessa nova realidade e essa especificidade é o método comunitário. É por isso que dou o meu total apoio ao relatório Brok, que defende e salvaguarda uma articulação estreita entre a Comissão e o futuro serviço.

Queria, a este propósito, salientar dois aspectos: a importância de uma estreita coordenação entre o Presidente da Comissão e o Alto Representante, também Vice-Presidente da Comissão, para assegurar a eficácia e o seu bom funcionamento. Por último, a necessidade de uma aliança entre o Parlamento e a Comissão para combater a deriva intergovernamental que se anuncia e que pode comprometer o eficaz funcionamento do serviço. O Parlamento deve, por isso, estar vigilante e assegurar que o Serviço Europeu para a Acção Externa será um centro de excelência, representativo das melhores competências em matéria de política externa”.

Ilda FIGUEIREDO (CEUE/EVN), por escrito: “Este é mais um dos documentos lamentáveis e perigosos do Parlamento Europeu, que pretende influenciar no pior sentido todo o funcionamento da União Europeia, usando a personalidade jurídica que o Tratado de Lisboa lhe confere, mas que ainda não entrou em vigor, por faltar a ratificação da República Checa.

É sintomático do carácter militarista da União Europeia o que se passa com este relatório.

O que aqui se pretende é assegurar que a política externa serve os interesses de expansão militar das grandes potências da União Europeia, aproveitando o que inscreveram no Tratado de Lisboa para reforçar o seu poder de decisão, mesmo que haja Estados-Membros com opiniões diferentes. Exemplo disso é a seguinte afirmação neste relatório: as unidades de gestão de crise militar e civil devem ser colocadas sob autoridade do Alto Representante, enquanto que a estrutura de comando e organizacional do pessoal militar possa diferir da do pessoal civil; a partilha da análise das informações de segurança entre os participantes no Serviço Europeu de Acção Externa é de vital importância para o apoio ao Alto Representante no cumprimento do seu mandato de condução de uma política externa da União coerente, sólida e eficaz”.

Orçamento 2010: dinheiro fresco para relançamento da economia e fundo do leite

Mais 1,5 mil milhões de euros para financiar o plano europeu de relançamento da economia e 300 milhões para o fundo do leite. Estas foram algumas das exigências hoje feitas pelo Parlamento Europeu ao votar o projecto de Orçamento para 2010.

Os eurodeputados querem aumentar o orçamento negociado no Conselho em 7 mil milhões de euros (em pagamentos), elevando-o para 127,5 mil milhões. Quanto às autorizações, querem um aumento de 3,8 mil milhões, para um orçamento global de 141,7 mil milhões.

O projecto de Orçamento assim alterado (relatório Surján, que diz respeito ao orçamento da Comissão) foi aprovado em plenário por 528 votos a favor, 68 contra e 39 abstenções. O relatório relativo ao orçamento das outras instituições (relatório Maňka) foi aprovado por braço no ar.

As alterações hoje aprovadas no Parlamento Europeu, em primeira leitura, vão ser a base para as negociações com o Conselho (governos dos Estados-Membros). O Orçamento final será depois votado na sessão plenária de Dezembro, em Estrasburgo.

Apoio ao sector do leite

A criação e o financiamento do novo **fundo do leite** é uma das principais exigências do Parlamento Europeu nas negociações para o Orçamento de 2010. Os eurodeputados atribuem **300 milhões de euros** a este fundo, acima dos 280 milhões propostos pela Comissão Europeia no início desta semana. A dotação de 300 milhões de euros foi aprovada por 528 votos a favor, 89 contra e 20 abstenções.

Para além do fundo do leite, o PE prevê medidas de apoio na ordem dos 600 milhões de euros para combater a crise no sector. Esta posição é, em linhas gerais, aceite pela Comissão e pelo Conselho.

Financiamento do plano europeu de relançamento da economia

"Por causa da crise, o Conselho quer que o Orçamento seja o mais baixo possível... Mas nós no Parlamento Europeu acreditamos que há instrumentos que devem ser utilizados de uma melhor maneira (...) para assegurar que a crise seja ultrapassada", afirmou o relator da Comissão dos Orçamentos do PE, László Surján.

Para fazer face à crise económica, os eurodeputados pedem "*dinheiro fresco*" – em vez de retirarem dinheiro de outras rubricas orçamentais – para o plano europeu de relançamento da economia: mais 1,5 mil milhões de euros em pagamentos (1,98 mil milhões em autorizações) para financiar projectos no domínio da energia.

O plano europeu de relançamento da economia visa apoiar projectos no domínio da energia (infra-estruturas de gás e electricidade, rede eólica offshore e captação e armazenamento de carbono) e do desenvolvimento rural (banda larga). O PE e o Conselho já chegaram

anteriormente a acordo sobre o montante global do plano (5 mil milhões de euros) e sobre o financiamento de 2,6 mil milhões para este ano.

O que ainda não foi decidido é como é que vão ser financiados os 2,4 mil milhões de euros para o próximo ano. Os eurodeputados defendem que parte deste montante – a relativa ao desenvolvimento rural – pode ser financiada através da "realocação" de fundos de outras linhas orçamentais. Já o domínio da energia precisa de "dinheiro fresco", os tais 1,5 mil milhões de euros.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Miguel **PORTAS**, em nome do grupo CEUE/EVN: *"Gostaria de começar pelo aspecto mais positivo: quinta-feira iremos votar mais 3 mil milhões de euros em autorizações de pagamento para Fundos Estruturais e para programas de natureza social. É verdade que o Conselho contesta esta política, acha que não devemos pedir mais dinheiro aos Estados. Que me perdoe o ministro sueco, mas na verdade esse ponto de vista é o ponto de vista das contas de mercearia. Nós vivemos um tempo excepcional e penso que, pelo contrário, a Comissão, o Conselho e o Parlamento deveriam ter tido a coragem de enfrentar de frente o problema do financiamento deste orçamento e fazer dele um orçamento excepcional.*

Mesmo com as despesas que iremos aprovar na quinta-feira, este orçamento continua a ser um orçamento que passa ao lado da crise, é um orçamento de continuidade. Nós não precisamos de gotas de água em mares de leite, precisamos, sim, de uma outra política para o mundo rural. Não precisamos só de Fundos Estruturais para os nossos territórios, mas de uma política social europeia que complemente a política de cada um dos nossos Estados. Do que nós precisamos verdadeiramente é de coragem.

Nós temos hoje tantos pobres, 79 milhões, como no início do século. Nós temos uma enorme incerteza sobre os valores necessários para o combate às alterações climáticas. A questão-chave que temos que discutir é a do financiamento do orçamento europeu e das próximas Perspectivas Financeiras. Esta é a questão e não nos digam que não há dinheiro porque há, podemos ir buscá-lo à evasão fiscal, podemos ir buscá-lo à tributação das mais valias realizadas nos mercados financeiros e nos paraísos fiscais.

É exactamente porque este é o problema deste orçamento que era tão importante que déssemos nós, os eurodeputados, o exemplo em matéria de contenção. Fiz propostas sobre as despesas de viagens. Num dia de viagem, hoje, um eurodeputado ganha pelo salário, pela ajuda de custo, pela distância percorrida e pelo tempo perdido – isto não é sério nem é compreensível. Espero que na quinta-feira pelo menos isto tenhamos a hombridade de rever".

José Manuel **FERNANDES** (PPE): *"Estou convicto de que o orçamento da União Europeia para 2010 vai ajudar a ultrapassar a crise económica que nos afecta. Um dos resultados dessa crise é o desemprego, por isso quero aqui realçar e referir a importância da emenda que fizemos no sentido de reforçarmos o programa Erasmus de forma a promovermos, a facilitarmos a criação do primeiro emprego para os jovens.*

Relativamente ao orçamento do Parlamento, não podia deixar de mostrar satisfação, regozijo, pelo facto das nossas propostas principais terem sido acolhidas quer no orçamento, quer na proposta de resolução. O nosso objectivo é a excelência legislativa. Concordamos com a importância de um multilinguismo, obviamente, mas entendemos que o nosso grande objectivo é excelência legislativa, e para esse objectivo devemos ter os meios necessários para os deputados o cumprirem.

Propusemos, para que haja uma maior transparência e um maior rigor, um orçamento base zero que deverá ser executado no início de cada ciclo legislativo. Fizemos também propostas de reservas para este objectivo, o objectivo da transparência e o objectivo do rigor e por isso reservas no caso, por exemplo, da política da comunicação, onde queremos que haja análise de custos e análise de benefícios. Reservas também para procurar diminuir a burocracia que existe, por exemplo, na contratação de assistentes e queremos «obrigar» a administração a ajudar a que essa burocracia diminua.

Também sobre a política imobiliária, concordamos e defendemos que deve ser uma política imobiliária de longo termo. Para finalizar, os parabéns aos relatores, ao Sr. Surian e ao Sr. Manca. Uns parabéns especiais ao relator Sr. Surian, pelo facto de ter cedido à tentação demagógica, por exemplo, no caso do fundo para o leite, de ter feito o máximo do possível e não ter procurado o impossível para vender no exterior".

João **FERREIRA** (CEUE/EVN), por escrito: "*Em plena crise económica e social, com efeitos dramáticos no emprego e nas condições de vida das populações, a proposta de orçamento comunitário para 2010 fica muito aquém do necessário. Inaceitavelmente, fica mesmo aquém do acordado no Quadro Financeiro Plurianual para 2010 em cerca de 6 mil milhões de euros.*

Tendo em conta a grave realidade social nos diversos Estados-Membros, e em especial nos chamados países da coesão, como Portugal, consideramos urgente a revisão e aumento do orçamento comunitário, tendo apresentado propostas nesse sentido, como sejam, entre outras, o reforço financeiro da política estrutural e de coesão; a reavaliação das regras N+2 e N+3, que implicaram, até ao momento, uma perda de cerca de 106 milhões de euros para Portugal no âmbito do anterior quadro financeiro; o aumento da taxa de co-financiamento comunitário nos Fundos Estruturais e de coesão.

É de lamentar que outras propostas com um importante alcance social e ambiental não tenham tido acolhimento durante o processo de discussão do orçamento, como sejam, entre outras, um programa de desenvolvimento da indústria portuguesa; um programa de apoio ao sector têxtil e vestuário; um programa de apoio à pequena pesca costeira e artesanal; o reforço das verbas do programa LIFE+".

Ordem do Dia - 19 a 22 Outubro 2009

Segunda-feira, 19 de Outubro de 2009

17:00 - 22:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Discussão conjunta - Schengen

Relatório Carlos Coelho (A7-0035/2009) - Mecanismo de avaliação para controlar a aplicação do acervo de Schengen (proposta de decisão)

Relatório Carlos Coelho (A7-0034/2009) - Mecanismo de avaliação para verificar a aplicação do acervo de Schengen (proposta de regulamento)

Fim da discussão conjunta

Discussão conjunta - Acordos relativos à isenção de visto para estadias de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0019/2009) - Acordo CE-Maurícia sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0012/2009) - Acordo CE-Seicheles sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0013/2009) - Acordo CE-Barbados sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0014/2009) - Acordo CE-São Cristóvão e Nevis sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0015/2009) - Acordo CE-Antígua e Barbuda sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Relatório Simon Busuttil (A7-0016/2009) - Acordo CE-Baamas sobre a isenção de visto para estadas de curta duração

Fim da discussão conjunta

Declaração da Comissão - Estado de evolução do SIS II e do VIS

Terça-feira, 20 de Outubro de 2009

9:00 - 11:50

Votação do pedido de aplicação do processo de urgência (Artigo 142.º do Regimento)

Proposta de regulamento do Conselho - Alteração do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 "OCM única"

Declarações do Conselho e da Comissão - Alterações climáticas e países em desenvolvimento no contexto da Conferência das Nações Unidas de Copenhaga sobre as alterações climáticas

12:00 - 13:00

Votação

Nos termos do artigo 46.º, n.º 1 do Regimento:

Relatório Herbert Reul (A7-0026/2009) - Adesão aos estatutos da Agência Internacional sobre as Energias Renováveis (IRENA)

Relatório Paolo De Castro (A7-0018/2009) - Actos do Conselho obsoletos no domínio da política agrícola comum

Relatório Paolo De Castro (A7-0017/2009) - Delegação das tarefas referentes às análises laboratoriais

Relatório Danuta Maria Hübner (A7-0039/2009) - Redução da taxa do imposto especial sobre o consumo na Madeira e nos Açores

Nos termos do artigo 86.º do Regimento:

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0024/2009) - Conservação das aves selvagens (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0025/2009) - Aparelhos a gás (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0029/2009) - Oferta de serviços de comunicação social audiovisual (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0033/2009) - Protecção dos trabalhadores contra o amianto (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0028/2009) - Controlo veterinário dos animais provenientes de países terceiros (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0031/2009) - Rede de informação contabilística agrícola sobre os rendimentos e a economia das explorações agrícolas

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0027/2009) - Importações de aves de capoeira e de ovos para incubação provenientes de países terceiros (codificação)

Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0032/2009) - Bovinos reprodutores de raça pura (codificação)

Nos termos do artigo 138.º do Regimento: Relatório Jutta Haug (A7-0023/2009) - Projecto de orçamento rectificativo n.º 9/2009: sismo em Itália, Secção III - Comissão

Relatório Reimer Böge (A7-0022/2009) - Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Alemanha - sector das telecomunicações

Relatório Diana Wallis (A7-0030/2009) - Levantamento da imunidade de Marek Siwiec

Textos cujo debate tenha sido dado por encerrado (ordem indicada na página 2)

15:00 - 16:00

Período de perguntas ao Presidente da Comissão

16:00 - 18:30

Discussão conjunta - Projecto de Orçamento Geral 2010

Relatório László Surján (A7-0038/2009) - Projecto de Orçamento Geral para 2010 (Secção III - Comissão)

Relatório Vladimír Maňka (A7-0037/2009) - Projecto de Orçamento Geral para 2010 (Secções I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX)

Fim da discussão conjunta

Pergunta oral - Apoio à governação democrática no âmbito das relações externas (O-0093/2009 - B7-0213/2009)

18:30 - 20:00

Período de perguntas à Comissão

20:00 - 21:00

Eventualmente, relatório inscrito nos termos do artigo 142.º do Regimento

Quarta-feira, 21 de Outubro de 2009

9:00 - 11:50

Declarações do Conselho e da Comissão - Preparação do Conselho Europeu (29 e 30 de Outubro de 2009)

12:00 - 13:00

Votação

Propostas de resolução - Liberdade de informação em Itália e noutros Estados-Membros da União Europeia

Textos cujo debate tenha sido dado por encerrado (ordem indicada na página 2)

15:00 - 18:00

Discussão conjunta - Serviço europeu para a acção externa

Relatório Elmar Brok (19/10) - Aspectos institucionais da criação de um serviço europeu para a acção externa

Declarações do Conselho e da Comissão - Criação de um serviço europeu para a acção externa: evolução das negociações com os Estados-Membros

Fim da discussão conjunta Discussão conjunta - Relações transatlânticas

Declarações do Conselho e da Comissão - Preparação da reunião do CET e da Cimeira UE-EUA (2 e 3 de Novembro de 2009)

Declarações do Conselho e da Comissão - Cooperação transatlântica judicial e policial

Fim da discussão conjunta

18:00 - 19:00

Período de perguntas ao Conselho (B7-0212/2009)

Quinta-feira, 22 de Outubro de 2009

09:00 - 10:50

Pergunta oral - Problema do acesso limitado dos países em desenvolvimento a certas vacinas (O-0100/2009 - B7-0214/2009)
Declaração da Comissão - Situação financeira e económica na Moldávia
Declaração da Comissão - Relatório da Missão de Inquérito Internacional Independente sobre o conflito na Geórgia

11:00 - 13:00

Votação

Projecto de Orçamento Geral da União Europeia - Exercício de 2010
Relatório László Surján (A7-0038/2009) - Projecto de Orçamento Geral para 2010 (Secção III - Comissão)
Relatório Vladimír Maňka (A7-0037/2009) - Projecto de Orçamento Geral para 2010 (Secções I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX) Relatório Claude Moraes (19/10) - Adaptação dos vencimentos de base, dos abonos e dos subsídios dos funcionários da Europol
Textos cujo debate tenha sido dado por encerrado (ordem indicada na página 2)

15:00 - 16:00

Debate sobre casos de violação dos direitos do Homem, da democracia e do Estado de Direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)
Guiné
Irão
Sri Lanka

16:00 - 17:00 [ou no final dos debates anteriores]

Votação

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos do Homem, da democracia e do Estado de Direito (Artigo 122.º do Regimento)